

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.687.256 - SP (2017/0181318-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ISNARD RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADOS : EDER WAGNER GONÇALVES - SP210470
FRANCO RODRIGO NICACIO - SP225284
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, CAPUT, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ISNARD RODRIGUES DE SOUZA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdãos da Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO ALÉM DO PRAZO LEGAL. ART. 1.070 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. A decisão, objeto deste Agravo interno, foi disponibilizada em 05/09/2017 (terça-feira), no Diário de Justiça eletrônico, considerando-se publicada em 06/09/2017 (quarta-feira), e o presente recurso foi interposto em 18/10/2017, quando já escoado o prazo legal, em 28/09/2017, conforme certificado nos autos.

III. Descumprido, portanto, o prazo de quinze dias úteis, para a interposição do Agravo interno, previsto no art. 1.070 do Código de Processo Civil vigente, inviável a análise dos argumentos recursais, uma vez que não preenchido um dos requisitos extrínsecos de sua admissibilidade.

IV. Agravo interno não conhecido. (fl. 209)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR MEIO DE FAC-SIMILE. ART. 2º DA LEI 9.800/99. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA PETIÇÃO ORIGINAL, POR MEIO DIGITAL, NO QUINQUÍDIO LEGAL. INOBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO STJ 10/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. O art. 2º da Lei 9.800/99 permite, às partes, a interposição de recurso por meio de fac-simile, desde que a petição original seja entregue no prazo de cinco dias, após o término do prazo recursal.

II. A Lei 11.419/2006 dispôs sobre a informatização do processo

judicial, estabelecendo, em seu art. 11, que "os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais", e autorizou, ainda, os Órgãos do Poder Judiciário a regulamentar o diploma legal, no âmbito de suas respectivas competências (art. 18).

III. Por sua vez, a Resolução 10/2015, do STJ – que regulamenta o processo judicial eletrônico, no Superior Tribunal de Justiça – dispõe, no art. 10, que "as petições iniciais e as incidentais serão recebidas e processadas no STJ exclusivamente de forma eletrônica, mediante utilização do sistema de peticionamento disponibilizado pelo Tribunal", e, no art. 24, que "as unidades da Secretaria Judiciária recusarão as petições e os processos encaminhados ao STJ em desconformidade com os dispositivos desta resolução, ressalvando-se aos tribunais de origem a possibilidade de celebração de acordo de cooperação técnica para estabelecer parâmetros técnicos específicos sobre o envio e recebimento de processos".

IV. No caso, o Agravo interno foi interposto em 21/09/2017, via fac-simile. Porém, conforme certificado nos autos, os respectivos originais, apresentados de forma física, em 25/09/2017, foram recusados, pela Secretaria Judiciária, com fundamento no art. 24 da Resolução 10/2015, do STJ. Assim, não havendo a apresentação dos originais, por meio eletrônico, no quinquídio previsto no art. 2º da Lei 9.800/99, o recurso não merece ser conhecido. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno não conhecido. (fls. 217/218)

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 237/241), sustenta a parte recorrente que existe repercussão geral e que há afronta aos artigos 5º, inciso V e 114, ambos da Constituição Federal.

Não foram apresentadas as contrarrazões (Certidão à fl. 256).

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Extraí-se dos autos que os acórdãos recorridos foram considerados publicados em 25/09/2018 (terça-feira) (certidões de fls. 229/230). Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 26/09/2018 (quarta-feira) e encerrou-se em 17/10/2018 (quarta-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 18/10/2018 (quinta-feira), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente